



# TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

337

## Notas à contribuição de Oliveira Vianna ao pensamento social brasileiro

Denis Maracci Gimenez, Domingos Sávio Garcia, José Dari Krein  
José Eduardo Roselino, Maria Cecília Sodré, Neide Cesar Vargas

Maio 2018

## Notas à contribuição de Oliveira Vianna ao pensamento social brasileiro

Denis Maracci Gimenez  
Domingos Sávio Garcia  
José Dari Krein  
José Eduardo Roselino  
Maria Cecília Sodré  
Neide Cesar Vargas \*

A compreensão comum à grande parte da análise crítica do pensamento social brasileiro destina espaço à Oliveira Vianna como autêntico representante do pensamento autoritário. Não obstante o fato de que suas reflexões estejam inseridas na tradição do pensamento conservador das elites nacionais, resumi-las à estereótipos e assim descartá-las sumariamente configuraria uma posição negligente diante de sua vasta produção destinada à compreensão da sociedade brasileira. Com efeito, as suas principais contribuições referem-se à análise dos traços histórico-estruturais da constituição da sociedade brasileira e de suas *instituições políticas*.

Para introduzir Oliveira Vianna como um expoente do pensamento político-social brasileiro e, portanto, apresentá-lo para além de uma crítica circunscrita à sua inserção na tradição do pensamento autoritário nacional, é necessário ponderar inicialmente sobre dois aspectos relativos à sua reflexão acerca da realidade brasileira: por um lado, os traços fundamentais de sua biografia, e por outro, as características históricas do período em que Vianna reflete e interpreta o Brasil.

Francisco José de Oliveira Vianna é um católico conservador praticante, nascido em 1883 na cidade de Saquarema, no estado do Rio de Janeiro. Formou-se em Direito em 1905, dedicando-se posteriormente ao jornalismo e ao magistério e ingressando no corpo docente da Faculdade de Direito de Niterói, em 1916. Ganha prestígio ao longo dos anos 20 com a publicação dos primeiros trabalhos e, a partir da Revolução de 1930, torna-se Consultor da Justiça do Trabalho, ocupando papel de destaque na ordenação do direito do trabalho brasileiro. Um homem cuja trajetória profissional é marcada pela intensa participação na vida política do país. Falece em 1951, aos 68 anos de idade, depois de integrar, a partir de 1940, o Tribunal de Contas da União e a Academia Brasileira de Letras<sup>1</sup>.

Desde a inauguração de sua extensa obra em 1920, com a publicação de *Populações Meridionais do Brasil*, procura de maneira original identificar tipos característicos da nossa formação social, contrariando a tradição do pensamento nacional, que considera o povo brasileiro como um corpo homogêneo. Por reconhecer, em princípio, uma ausência de homogeneidade, de identidade nacional, especialmente tendo em vista o caráter ganglionar de nossa sociedade, tendo

---

\* Os autores agradecem o professor João Manuel Cardoso de Mello por suas exposições sobre Oliveira Vianna no curso “Interpretações do Brasil”, por ele ministrado durante anos no Instituto de Economia da Unicamp.

(1) As informações biográficas do autor foram extraídas de Antônio Paim “Oliveira Vianna e o Pensamento Autoritário no Brasil”. In: Oliveira Vianna. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

por base o grande latifúndio e o domínio do senhor, usa inicialmente um método de análise regionalizado, localizando tipos sociais característicos – o sertanejo, o matuto e o gaúcho – que se desenvolvem de forma simbiótica com a diferenciação geográfica do território nacional –, respectivamente dividido entre os sertões, as matas e os pampas. A identificação destes tipos característicos cria uma matriz definitiva no pensamento de Oliveira Vianna: **analisar a sociedade brasileira nas suas especificidades**. Assim, elege desde *Populações Meridionais*, os aspectos do meio antropogeográfico (clima e solo), os fatores sociais (cultura), os fatores biológicos e hereditários (linhagem e raça) como principais elementos explicativos da formação de um povo, até reuni-los de forma bem particular em *Instituições Políticas Brasileiras*<sup>2</sup>.

Compreender o Brasil naquilo que temos de específico é o desafio da obra de Oliveira Vianna e o fio condutor do debate que estabelece com os “legistas nacionais”, em particular com Rui Barbosa, para ele um estrangeiro, “culturalmente um puro inglês, nutrido do espírito de Oxford, Cambridge ou de Eton”<sup>3</sup>, cuja perspectiva da construção de nossas instituições políticas assenta-se na transposição de modelos de fora – a democracia parlamentar e o federalismo de inspiração anglo-saxônica - estranhos à realidade social brasileira.<sup>4</sup>

Partindo do Direito e da Política, não estrutura sua análise de maneira habitual. Trata o Direito como uma Ciência Social, parte integrante da cultura. Neste sentido, observa com acuidade uma dicotomia entre o *Direito-costumeiro*, praticado pelo que denomina de *povo-massa*, e o *Direito-norma*, criado pelas elites e inscrito na legislação. Aponta, mais uma vez, para a incompatibilidade entre o que está regulamentado e o que existe de fato na sociedade viva.

A própria construção de uma tipologia para a caracterização das elites e do povo-massa, assim como das particularidades constitutivas de um e do outro, relaciona-se ao caráter central que Oliveira Vianna confere às nossas especificidades. Nesse sentido, o debate que estabelece com os “legistas” nos leva ao problema central que perpassa toda a sua obra, qual seja, a **soberania do Estado**. É sobre esse problema que Vianna se debruça e, em torno dele, vai afirmar a inadequação das instituições políticas formadas sob as bases da liberal democracia para a consolidação soberana do Estado, indicando a incapacidade deste tipo de perfil institucional, diante da força política do privatismo e dos particularismos dos diversos *clãs* distribuídos pelo território nacional.

Nesse sentido, é compreensível a presença na obra de Oliveira Vianna de dualidades que manifestam sua preocupação com a soberania do Estado. As tensões entre democracia liberal e democracia orgânica ou corporativa; federalismo e centralização, liberalismo e a consolidação de um Estado intervencionista, ordem e anarquia, presentes ao longo de seus trabalhos, expressam de

---

(2) “Em vez de uma causa única – meio só (Buckle), ou raça só (Lapouge), ou cultura só (Spengler, Frobenius, Boas - etnólogos alemães) – a ciência confessa que tudo se encaminha para uma explicação múltipla, eclética, conciliadora: Raça + Meio + Cultura. Com estes elementos é que ela está recompondo o quadro moderno dos ‘fatores da civilização’ (...) É claro que, estudando a cultura, não irei estudá-la apenas no seu aspecto puramente etnográfico – como é dos estilos; mas também como um complicado e delicado mecanismo que as sociedades humanas constroem – sob o condicionamento do Meio e da História – para selecionar, distribuir, classificar os valores humanos, gerados em seu seio pelas matrizes biológicas da Linhagem e da Raça.” Vianna, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*, p. 90-91.

(3) Vianna, *idem*, p. 372.

(4) Neste sentido formula uma crítica às elites políticas predominantes na República ao proporem formas de organização política em total desconformidade com a experiência histórica brasileira. As elites *marginais* estão propondo, na sua visão, um “idealismo utópico”.

forma variada, seu profundo sentimento anti-liberal e sua convicção acerca da inadequação da institucionalidade liberal à nossa realidade.

Outrossim, o sentimento anti-liberal de Oliveira Vianna não pode ser identificado simplesmente com a sua própria reflexão e formação, senão também ao ambiente político-social característico daqueles anos do entre-guerras, em que a ordem liberal desmoronara. Ao pensar o problema da soberania do Estado, as influências de autores como Carl Schmitt afastam o autor, do ponto de vista analítico, do pensamento liberal. Do ponto de vista econômico e social, Vianna é um agrarista, um homem conservador, que contempla os valores da vida no campo e da tradição, portanto um crítico à transformação da ordem social e econômica. Dessa forma, não observa o avanço da industrialização e da constituição do que denomina “supercapitalismo”, após a revolução de 1930, como um processo positivo para a sociedade brasileira, no que se refere à superação dos problemas que aponta.

O pioneirismo de Oliveira Vianna no pensamento social brasileiro, pautado na análise histórica de nossa formação, procura evidenciar nossas peculiaridades frente aos demais povos. Constrói sua abordagem a partir do culturalismo sociológico de Silvio Romero e da crítica à tradição liberal efetuada por Alberto Torres. O primeiro se pautou nas teses da Escola Francesa de Ciência Social - Le Play, Tourville, Demolins, Rousiers, Preville, Bureau - ao passo que o segundo representa a corrente que propõe um Estado intervencionista e atuante, com executivo forte.

Não obstante as formas e os métodos de análise, as notas aqui propostas têm por finalidade discutir algumas questões contemporâneas, no que se refere à compreensão dos fenômenos políticos característicos da sociedade brasileira, a partir das contribuições e limites da obra de Oliveira Vianna. Nesse sentido, optamos por destacar aspectos de sua vasta obra, sem a preocupação de reproduzi-la, apontando três conjuntos analíticos: inicialmente questões referentes à conformação das instituições políticas brasileiras, incluindo uma análise do que Vianna denomina “a psicologia do povo brasileiro”; um segundo conjunto, destinado ao debate travado por ele acerca da soberania do Estado, da centralização política e da idéia de corporativismo; e, em terceiro lugar, a discussão de sua visão quanto aos valores capitalistas, à vida econômica e ao desenvolvimento industrial capitalista no Brasil. Por fim, indicaremos questões e aspectos que nos parecem passíveis de discussão a partir da obra de Vianna.

### **Psicologia política e instituições políticas brasileiras**

Talvez a principal contribuição da obra de Oliveira Vianna para o pensamento brasileiro seja a de chamar a atenção para a necessidade de se considerarem os pressupostos históricos relacionados à conformação das instituições políticas e da organização social deste país. Ao procurar debater e contrapor-se ao racionalismo político moderno (principalmente aos liberais, mas também aos positivistas e aos comunistas), estuda as especificidades da nossa estruturação social. Impressiona, em particular, sua crítica às propostas de transplante de modelos exógenos à nossa realidade e cultura, prática amplamente disseminada ao longo de nossa história. Assim, irá contrapor-se de forma veemente aos modelos políticos importados, baseados no liberalismo inglês, no “democracismo” francês e no federalismo norte-americano, segundo o autor, em franca ascensão

no país, especialmente após a Proclamação da República e a elaboração da Constituição liberal de 1891<sup>5</sup>.

A formação social do Brasil deita raízes em quatro séculos de história, conformando, na linguagem do autor, um ‘complexo cultural’<sup>6</sup>. A base desta formação está na grande propriedade da terra e no domínio do fazendeiro sob seu espaço territorial, na condição social de “senhor”. Este domínio advém da capacidade de controle da população habitante no latifúndio e em seu entorno.

Nos termos de Vianna, na base da nossa formação política estariam duas instituições de direito privado: o **clã feudal** e o **clã parental**<sup>7</sup>. O primeiro envolve os elementos mais combativos ou mais leais ao proprietário, residentes dentro das suas demarcações, a população masculina com capacidade de luta, os pequenos proprietários e pequenos comerciantes vicinais, os homens livres localizados em terras próximas ao domínio. Apresenta uma estrutura hierarquizada, com função de defesa e posteriormente de ataque, voltada para a ampliação dos domínios e de prestígio político do grande proprietário.

A segunda instituição, o **clã parental**, deriva da família “senhorial”<sup>8</sup>, mas pode ultrapassar seus limites nos momentos de conflito. Pauta-se numa solidariedade de sangue, englobando crias e protegidos educados como filhos, afilhados, filhos espúrios do senhor ou de parentes chegados, parentes por afinidade civil (genros e cunhados) e por afinidade religiosa (compadres e afilhados) e parentes por adoção (crias e moleques mimosos).

Tais instituições políticas, para Oliveira Vianna, não teriam possibilitado o desenvolvimento de uma experiência comunitária de construção do espaço público, de uma consciência de sentimento e de interesse coletivo. Formaram, sim, tipos sociais, instituições, usos e costumes em que predominou o individualismo, o privatismo e o personalismo<sup>9</sup>. Dessa maneira, na estrutura econômica e social do período colonial, somente duas formas de solidariedade social foram construídas: 1) a solidariedade em torno do senhor do “feudo” (ou “nobreza territorial”), que se caracteriza por uma relação de dependência do povo-massa frente ao proprietário da terra; e 2) a solidariedade em torno da grande família do latifundiário, caracterizada por laços de consangüinidade ou de compadrio. Ou seja, nestes espaços sociais, o poder está centrado no “senhor do domínio” e o povo-massa está preso numa relação de dependência parental ou de proteção.

A formação social e econômica do nosso povo processou um extremado individualismo familiar, despreocupação com o interesse coletivo, ausência de espírito público, ausência do bem

---

(5) Cf. Vianna, Oliveira. *O Idealismo na Constituição*. Rio de Janeiro: Ed. Terra e Sol, 1927.

(6) Retira este conceito da sociologia da cultura, dentre os quais cita Wissler, Lumley, Bernard e Hankins. Oliveira Vianna. *Instituições Políticas Brasileiras*. p. 94.

(7) Caio Prado, a partir de Oliveira Vianna, tem uma compreensão parecida sobre as primeiras instituições políticas criadas na colônia, por ele denominado de clã patriarcal. Cf. Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 287.

(8) Uma visão diversa, que não se pauta na família para derivar a formação social brasileira, pode ser encontrada em Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1994. p. 101. Uma conjugação interessante aparece em Caio Prado, que evidencia o trabalho e a família como elementos base para entender tal formação, enfatizando o primeiro. Caio Prado. *Idem*, p. 346-355.

(9) Tanto Sérgio Buarque como Gilberto Freyre identificam razões diferentes para o nosso insolidarismo. Sérgio Buarque de Holanda op. cit. p. 137 e Gilberto Freyre. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1985. pp. 4 e 5.

comum e do sentimento comunal. A partir dessa ótica, Vianna não identifica no Brasil experiências de democracia local, como percebe na Europa. O povo-massa teria sido o grande ausente dos espaços locais de poder. Essa é uma característica marcante da sociedade brasileira até os dias atuais: a exclusão do povo dos mecanismos de decisão, de participação no poder.

Ao final do período colonial não contávamos com qualquer instituição “popular” que se assemelhasse às “comunidades de aldeia” ou de “cidades” da Europa. Com a Independência, os clãs são levados a se reagrupar em partidos políticos, de caráter puramente defensivos. Estar em um partido político era, para um clã, a forma de se defender da arbitrariedade de seus adversários, os outros clãs, de manter ou ampliar o poder de mando do grande proprietário. Essa associação dos clãs em partidos políticos não obedecia critérios de natureza social, religiosa ou econômica; era de natureza “política”, para fins exclusivamente eleitorais. Surge então o **clã eleitoral**, da mesma natureza que o clã feudal e o clã parental, agora de base mais ampla, municipal, regional e até nacional.

Como consequência do clã eleitoral, o qual reflete o domínio político e partidário de determinadas famílias, surgem práticas políticas referidas à responsabilidade coletiva familiar, ao nepotismo, ao banditismo coletivo e ao fanatismo religioso. A força do clã eleitoral passa, então, a estar na capacidade de arregimentar o povo-massa, submetido historicamente ao “domínio do senhor”. Sem qualquer proteção do poder público, o povo-massa é levado a se articular em torno de um clã eleitoral, como forma de defesa diante de outros clãs, que passavam a utilizar os diferentes mecanismos de coerção criados pelo regime instalado após a Independência. O povo-massa, que até então não tivera qualquer participação na vida política ou eleitoral, passa a participar da vida pública e a valer como força numérica, na medida em que o critério majoritário foi instituído como medida das disputas eleitorais. Para Vianna, o povo-massa passa a ter importância na estruturação de instituições locais, regionais e nacionais de poder para a qual não está preparado, dada a sua cultura e experiência histórica.

Um segundo elemento fundamental para entender a análise da sociedade brasileira feita por Vianna é a crítica à idéia de uma suposta homogeneidade, tal como os nossos “legistas” vêem o brasileiro. Para ele, não existe um único tipo social no país, mas no mínimo três tipos sociais, característicos das regiões norte, centro-sul e extremo-sul do Brasil. O desenvolvimento histórico, socialmente diferenciado de cada uma dessas regiões do Brasil, assim como os ambientes naturais peculiares teriam gerado um tipo diverso com uma “psicologia política” também própria para cada uma. Os sertões geraram o sertanejo, as matas geraram o matuto e os pampas geraram o gaúcho.

Vianna observa que entre esses três tipos sociais, o matuto seria o tipo preponderante, por ter maior peso na massa social do país e porque a sua zona de elaboração seria o centro de gravitação política do Brasil. Segundo o autor, é esse o tipo social que teria permitido a estabilidade política e a consequente manutenção de nossa unidade territorial<sup>10</sup>. A marca é a dispersão e o isolacionismo. É o matuto do centro-sul - com “suas virtudes pacíficas e ordeiras”, dos “seus instintos de brandura e moderação” e seu “horror do sangue e da luta” - que teria permitido o desenvolvimento de uma elite

---

(10) “É aqui que se começa a compreender a função providencial dessas populações centro-meridionais, o valor inestimável de suas virtudes pacíficas e ordeiras, dos seus instintos de brandura e moderação, do seu horror do sangue e da luta. Estas populações são a força ponderadora da nossa formação política. Estas populações concorrem com a maior porção na formação do escol dirigente. Estas populações exercem uma ascendência imensa sobre os grupos regionais que lhes ficam ao sul e ao norte”. Oliveira Vianna. *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Eduff, 1987. p. 277-278.

dirigente, responsável pela estruturação do Brasil independente e que teria impedido a nossa fragmentação inevitável, caso prevalecesse a “psicologia” do sertanejo ou do gaúcho. Mesmo assim, frisa com bastante eloquência, dado o caráter ganglionar do país, que não há um sentimento profundo de nacionalidade na sociedade brasileira<sup>11</sup>.

Portanto, no processo de formação do brasileiro, além de evidenciar as especificidades regionais e seus tipos – para mostrar que não há uma massa homogênea – identifica duas categorias presentes na população: a elite e o povo-massa. Na busca das características históricas, sociais e psicológicas particulares da constituição e do desenvolvimento do povo e das elites brasileiras, Vianna, compreende que são “duas civilizações e duas culturas inteiramente distintas”.

É absolutamente impossível compreender a história das classes nobiliárias e dirigentes do Brasil, sem ter sempre em vista esta distinção essencial. O antagonismo que acentuamos existir, em ‘Instituições Políticas Brasileiras’, entre a cultura do povo-massa e a cultura das elites, não é só assimilável modernamente; vem de longe, está na raiz mesma de nosso povo, e revela-se desde os primeiros dias de nossa formação e povoamento<sup>12</sup>.

Então, quais seriam as características culturais e sociais da elite e do povo-massa? Por um lado, as raízes profundas da formação das elites brasileiras são, por ele, identificadas na nobreza européia, transplantada para cá no processo de colonização, expressando a nossa “nobreza da terra”. Essa “nobreza da terra” se desenvolve tendo como base a grande propriedade, auto-suficiente e isolada, com características de clã, chamada de clã parental, cuja a solidariedade estaria restrita a sua esfera familiar e de afinidade. Mas, dada as especificidades nacionais de grande extensão territorial e de isolamento das comunidades, a nossa elite desenvolve-se sem qualquer espírito democrático, sem espírito público e sem espírito de solidariedade nacional, de tal forma que cada família se assemelha a uma “república”. Para o autor, somente no Império, a partir do poder de aglutinação de D. Pedro II, foi possível articular uma elite com espírito público. Mas, com a substituição desta elite pela que proclamou a República, na condução dos destinos do país reforçou-se uma oligarquia rural e regional, com todos os desmandos característicos deste período.

Esse mesmo processo histórico que gerou as nossas elites também teria gerado o povo-massa<sup>13</sup>. A grande propriedade engendra a formação de uma população que estabeleceu com o senhor de engenho ou com o sesmeiro relações sociais, instituições e costumes que geram solidariedade e dependência com para estes. É uma estrutura diversa da que identifica na “aldeia agrária” européia, aspecto gerador – na opinião de Vianna - do espírito democrático do anglo-saxão.

Portanto, o aparecimento do povo-massa no cenário político, submetido ao controle do clã eleitoral deu-se, para Vianna, como produto da origem antidemocrática desse clã eleitoral, derivado da propriedade da terra, do direito feudal, da sesmaria e do latifúndio, geradores de individualismo, de conflitos e falta de solidariedade. Não são produtos de um aprendizado histórico, que tivesse

---

(11) Na caracterização do gaúcho, em *Populações Meridionais*, afirma que há um maior sentimento de coletividade advindo da sua experiência particular de defesa do território, das guerras platinas.

(12) Oliveira Vianna. *Idem*, p. 186-187.

(13) Caio Prado destaca a massa crescente de população sem inserção na esfera produtiva, explicando a origem do povo como um subproduto do sistema colonial. Caio Prado, *op. cit.* p. 281.

gerado uma cultura e instituições democráticas baseadas na solidariedade e no espírito público, como ocorrera com os povos anglo-saxões<sup>14</sup>.

Tendo em vista esse quadro histórico de formação social adverso à constituição do povo-massa e de uma elite nacional vinculada aos interesses públicos e particularmente ao Estado, a questão que perpassa a reflexão de Vianna diz respeito às condições que teriam possibilitado a formação de uma elite dirigente nacional durante o Império. Nesse sentido, aponta duas causas básicas de constituição das elites dirigentes nacionais nesse período:

1ª - a gestação no seio do povo – por força de hereditariedades eugênicas combinadas – de individualidades superiores, dotadas organicamente, constitucionalmente de espírito público e de ‘espírito de serviço’

2ª - o mecanismo seletivo que o Império organizou, permitindo a fixação desses homens superiores no serviço permanente do País<sup>15</sup>.

Ante o quadro desalentador por ele construído quanto à nossa formação social, Vianna busca em fatores biológicos a diferenciação que permitiu a formação dessa elite dirigente. Prosseguindo, afirma: “é biológica – e não cultural – a causa do aparecimento destes ‘tipos psicológicos’ num dado grupo ou povo: vem das matrizes da RAÇA ou da LINHAGEM”<sup>16</sup>.

É pautado nessa análise que Oliveira Vianna vai descrever as características da elite dirigente, para ele ideal, os “HOMENS DE 1000”. Esses homens, na realidade, são tipos que Vianna afirma presentes durante o Império. Teriam sido escolhidos pela visão “panóptica” de D. Pedro II, formando os homens de Estado que teriam feito do Brasil “um Grande Império”<sup>17</sup>.

Aqui então chegamos a um ponto em que o impasse se coloca no pensamento de Oliveira Vianna, em sua tentativa de encontrar elementos capazes de romper com o comportamento fragmentador típico dos clãs eleitorais, que dificultam a consolidação soberana do Estado nacional. Vianna tenta resolver esse impasse apoiando-se em elementos biológicos, de “linhagem e raça”, que, no entanto, teriam se esgotado com o Império. Daí o impasse entre a necessidade da centralização política nacional - em sua perspectiva decisiva para a soberania do Estado - e a ausência da elite dirigente promotora dessa centralização. Tal dificuldade de identificação pode ser facilmente vista por suas afirmações sobre a ausência dos “homens de 1000” nas instituições da República.

Independente da insuficiência das respostas referentes à seleção das elites dirigentes, questão essa que permanece em debate até os dias atuais, identifica-se no autor um quadro de problematizações extremamente rico e pertinente numa reflexão acerca do Brasil de hoje. Em especial, permanece relevante a distinção psicológica entre elites e povo, constatada pelas freqüentes iniciativas das elites dirigentes de “enxertia” de normas e padrões inadequados à cultura do povo brasileiro. Estas podem ainda ser chamadas de “elites marginais”, tendo em vista que alimentam a dissociação entre o *direito-norma*, sem vínculos concretos com os hábitos, com a

(14) Com a qual concordam, por razões distintas, Sérgio Buarque e Gilberto Freyre.

(15) Oliveira Vianna. *Instituições Políticas Brasileiras*, p. 340.

(16) Idem, p. 341. Grifo do autor.

(17) Idem, p. 342.

história e a tradição do povo, e o *direito-costumeiro*, baseado na vida cotidiana desse povo. Herdeiras de um quadro institucional sem vinculação com sua cultura, as Instituições Políticas brasileiras estão atravessadas por esta dissociação, que perpassa toda nossa história. Talvez um importante aspecto na explicação da inocuidade dessas instituições, bem como da regra jurídica no Brasil, possa ser encontrado aí, constituindo-se num entrave para a construção de Instituições Políticas fortes, capazes de forjar a cidadania e a nacionalidade.

### **Estado Soberano – Centralização e Corporativismo**

A crítica de Vianna ao liberalismo apresenta como desenlace uma concepção particular de Estado<sup>18</sup> e de democracia. A defesa de um Estado incontrastável e forte é a expressão do seu anti-liberalismo. Um Estado que seja capaz de soldar a nação, que seja a *ultima ratio, assemelhando-se, neste aspecto, ao conceito de Estado de Hobbes*. Revela a influência de Carl Schmitt, que defende o Estado Total, acima do parlamento, das leis, capaz de tomar decisões e evidenciar sua soberania mesmo em períodos de exceção<sup>19</sup>.

Estando a origem do problema na força política do privatismo dos clãs, a constituição de um Estado soberano deveria se dar pelo fortalecimento do poder central na função legalizadora e unificadora, materializado em um Estado forte e centralizado. As saídas “versarão só e exclusivamente sobre as transformações operadas por uma ação consciente e deliberada do Estado por obra de uma política. Quero dizer: de um plano de reformas, organizado por um partido, por uma elite ou por um gênio político posto em execução pelo Estado, com sua poderosa maquinaria executiva e coercitiva”<sup>20</sup>.

Fica patente a sua percepção de que, em primeiro lugar, é preciso aceitar as peculiaridades da nossa formação social para que se tomem atitudes sensatas e razoáveis, descartando a simples coação material do Estado. Chama a atenção, portanto, para a necessidade de os usos, tradições e costumes serem considerados, não contrariados de forma violenta e radical, tendo em vista que as mudanças nos processos culturais são lentas.

Ao mesmo tempo, Vianna não espera que a construção da nacionalidade venha do povo-massa, o qual não teria consciência coletiva e nem experiência democrática. A saída deverá ser operada por uma elite preparada e com espírito público, relativamente independente e que possa efetivamente exercer o poder. Sugere um processo de civilização das oligarquias rurais, transformando-as em uma aristocracia esclarecida. Como visto, as respostas a esta questão resvalam para saídas insatisfatórias, tendo em vista as dificuldades de recrutar os “homens de 1000”.

Em decorrência, chega-se então a um impasse: se não temos os “homens de 1000”, como realizar a obra de centralização política do Estado, “com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontrastável, provido de capacidades bastante para realizar, na sua plenitude,

---

(18) Talvez Sérgio Buarque critique o Estado incontrastável de Vianna, implicitamente associando este tipo de idéia a uma nova versão de personalismo, pautada numa “espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo seus destinos” Sérgio Buarque de Holanda, op. cit. p.138.

(19) Cf. Carl Schmitt. *A Crise da Democracia Parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996.

(20) Oliveira Vianna, *Instituições Políticas Brasileiras*, p. 436.

os seus dois grandes objetivos capitais: - a consolidação da nacionalidade e a organização de sua ordem legal”<sup>21</sup>

Efetua uma severa crítica a forma federalista de governo, a qual pressupõe uma homogeneidade entre os entes federativos, inexistente num país ganglionar e dominado por oligarquias locais como o Brasil. Permite-nos aprofundar o debate acerca da autonomia das esferas subnacionais frente a esfera central, no que tange às receitas, despesas e o emprego público, forçando-nos a incorporar no mesmo a questão do poder das oligarquias regionais. Na sua perspectiva, a centralização de poder e recursos públicos seria um elemento mitigador dessa que talvez fosse a “enxertia” mais adversa a sua visão de Estado com poder centralizado no executivo federal<sup>22</sup>.

Também não absolutiza a democracia, como valor supremo, sugerindo no contexto assinalado, que o problema da democracia no país seria, antes de tudo, um problema social e econômico e não somente um problema político e institucional. Formula uma crítica ao sistema parlamentar instituído a partir da República, dizendo que inexistiam as condições históricas para o povo exercer livremente suas decisões políticas<sup>23</sup> capazes de gerar uma opinião pública organizada (sindicatos fortes, imprensa independente, grupos sociais e corporativos organizados)<sup>24</sup>.

Em contraposição aos mecanismos de participação típicos da democracia liberal, representados especialmente pelo voto universal, pelos partidos políticos e pelo parlamento, defende a organização da sociedade a partir de grupos sociais articulados em corporações. Tais corporações atuariam no sentido de dar ossatura ao Estado, configurando instrumentos garantidores da ordem social, em que o conflito de classe não seja explicitado, mas disciplinado. Acredita que, através da sindicalização, será possível agregar à cultura o gosto pela cooperação e pela solidariedade. Um sindicalismo com o papel de agente corretivo ou retificador dos complexos políticos herdados da colônia, que crie formas de solidariedade social. Portanto, na sua visão, a legislação trabalhista e a sindicalização são formas de gerar o solidarismo, sem se chocar com os costumes do povo-massa, permitindo-lhe que lentamente, altere os hábitos e a cultura em uma perspectiva superior à existente<sup>25</sup>. Assim, propõe uma política dirigida, que garanta a ordem social; um Estado intervencionista, centralizado e com base na organização das corporações sociais.

---

(21) Oliveira Vianna *Populações Meridionais do Brasil*, v. I, p. 276.

(22) Visão positiva da descentralização política, no período da República, orientada pela perspectiva econômica pode ser vista em Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. 1989. p. 116 e 171.

(23) Piva, fazendo referência a Oliveira Vianna afirma: “O certo é o governo de opinião, o mais organizado e eficiente: sem organização da opinião e dos interesses gerais, todo governo é faccioso, é de partido, é dominado por um clã, é um mau governo” Luiz Guilherme Piva. *Ladrilhadores e Semeadores*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 142.

(24) Neste ponto, transparece a influência de Carl Schmitt, que defende a existência de uma incompatibilidade entre democracia e sistema parlamentar, pois os princípios básicos da democracia parlamentar não são efetivamente praticados em um sistema capitalista: o princípio da publicidade e da discussão pública. O que prevaleceria no capitalismo é a concorrência e competição entre os atores sociais, em que o mais forte se sobrepõe em relação aos mais fracos. Carl Schmitt, op. cit.

(25) Cf. Oliveira Vianna. *Ensaios Inéditos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. p. 273. "Num povo como o nosso, de formação colonial e anti-urbana, guardando ainda no seu subconsciente coletivo uma tradição quadrisseular de centrifugismo deixada pelos 'pioneiros', 'desbravadores' e 'latifundiários' donde porém num povo assim, profundamente animado do espírito individualista, o sindicalismo representa, realmente, o papel de um agente corretivo ou retificador: é o processo mais eficaz, rápido e seguro para a criação e o desenvolvimento destas formas de solidariedade social ativa, que ele não pôde construir e consolidar durante os quatros séculos de sua história social...".

Aqui é possível identificar uma contradição no pensamento de Oliveira Vianna. De um lado ele constata que historicamente foi o latifúndio a fonte geradora do espírito de clã, que teria impedido o desenvolvimento de uma cultura democrática no Brasil. Para Vianna, ao contrário do que pensavam os nossos “legistas” liberais, esse espírito de clã seria reforçado caso adotássemos instituições políticas liberais. De outro lado, Oliveira Vianna defende a neutralização do clã como condição para que as reformas políticas tivessem efeito, criando condições para termos instituições democráticas, tal como propugnavam os “legistas”.

No entanto, Oliveira Vianna não se manifesta favorável a alterar o elemento gerador do espírito de clã, a estrutura agrária baseada no latifúndio. As reformas por ele defendidas são mantidas no terreno do direito público, institucional e nas garantias civis, não entrando no terreno econômico. Mas se não alteramos a fonte geradora do espírito de clã, o latifúndio, que impedia o desenvolvimento de uma cultura democrática, então esse espírito de clã seria continuamente recriado e o governo forte que deveria controlá-lo passaria a ser permanente e não transitório, como o autor nos permite entender.

Essa questão é importante porque ela nos remete à discussão da solução alcançada para essa contradição. A industrialização, a imensa urbanização e a constituição de um mercado de trabalho no Brasil dos últimos 50 anos, de um lado mantiveram a estrutura agrária e, de outro, enfraqueceu a estrutura de clãs que reinava na sociedade brasileira do começo do século. Mas, se de um lado vingaram as idéias de Oliveira Vianna (o fim do domínio dos clãs), de outro lado, a industrialização e urbanização pôs por terra o domínio de seu mundo agrário, e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil alcançou níveis que contrariaram os seus desejos.

### **Valores capitalistas e pré-capitalistas**

Oliveira Vianna afirmou não ter tido a intenção de fazer uma história da economia capitalista no Brasil, mas de “*apenas dar a discriminação das tendências gerais das nossas instituições econômicas e das idéias e sentimentos que vêm presidindo o seu desenvolvimento e expansão; idéias e sentimentos que se cristalizam em tradições e usos da nossa coletividade nacional*”<sup>26</sup> (grifos no original).

Uma leitura apressada da obra de Oliveira Vianna pode conduzir à constatação de uma contradição com a biografia do autor. Afinal, o que justificaria a presença de um “agrarista” e de um “anti-capitalista” confesso como integrante do governo industrializante/modernizante de Vargas? Uma observação mais atenta e a consideração dos valores que nortearam seu pensamento, no entanto, nos surpreendem pela coerência entre a atuação política do autor e suas idéias.

Antes de mais nada é importante ressaltar que a oposição de Oliveira Vianna ao capitalismo, caracterizado por ele como sendo uma espécie de “alucinação ou delírio coletivo” ou “adoração ao bezerro de ouro”, não significa, em nenhuma hipótese, contrariedade com o regime de propriedade privada, ou ainda, com os mecanismos de exploração de classe que caracterizam este

---

(26) Oliveira Vianna. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: EDUFF, 1987. p. 19.

regime. O “anti-capitalismo” de Oliveira Vianna é, antes de mais nada, uma objeção ao mercado desregrado, caracterizado pela busca do enriquecimento rápido e fácil (do *lucrum in infinitum*).

O autor reconhece a ausência no Brasil do domínio da economia capitalista e que, em contrapartida, existiam “dois Brasis” e “*que a parte do nosso país superindustrializada pelo grande capitalismo moderno era muito pequena reduzida mesmo a um pequeno setor geográfico no sul do país*”<sup>27</sup>. Ao tratar do industrialismo e do “supercapitalismo”, estava preocupado com “*as suas instituições econômicas, os seus tipos sociais e a sua mentalidade peculiar*”<sup>28</sup>, bem como com a mentalidade pré-capitalista e suas instituições.

Oliveira Vianna enfatiza em sua obra o fato de que no Brasil o espírito capitalista nunca chegou a ser um traço cultural dominante. Reforça que a “questão social”, caracterizada como produto de velhas sociedades dominadas pelo regime capitalista surgiu no país antes do Brasil ter atingido o ciclo daqueles conflitos entre o capital e o trabalho que, no Velho Mundo, justificaram a aparição e o desenvolvimento desta política socializadora. O Brasil estava, na visão de Vianna, distante dos centros genéticos do grande capitalismo tanto na sua dimensão técnica como também na sociológica.

Nas sociedades pré-capitalistas, segundo Vianna, a riqueza baseava-se na renda destinada a manter o *status*; nelas o homem não se consagrava à produção e, sim, ao consumo de bens necessários à vida do homem e da sociedade. Em contraposição, estava a sociedade capitalista caracterizada, entre outras coisas, pelo homem rico que aplica o seu lucro de preferência no aumento da riqueza acumulada sendo um produtor direto de bens materiais.

Para o autor, o Brasil viveu (pelo menos, psicologicamente) dentro dos valores pré-capitalistas em todo o seu processo econômico. A mentalidade dominante da exploração agrária ou pastoril seria a chamada “economia de manutenção” (de subsistência e de *status*) e nunca a excessiva ambição de acumular proventos monetários, de enriquecer, absorver e expandir-se, característica do moderno capitalismo agrário existente, por exemplo, nos Estados Unidos. A “nobreza da terra” do Brasil procurava o enriquecimento como meio para aumentar seu prestígio social.

Há uma persistência, no pensamento de Oliveira Vianna, da preocupação em evidenciar as características pré-capitalistas ao lado das “supercapitalistas”, marcadas também pelo capitalismo financeiro (o das sociedades anônimas). O autor faz menção a um caráter reflexo e imitativo do Brasil em relação à moderna tendência “supercapitalista” dos Estados Unidos e Alemanha. Chega a identificar a existência de um “supercapitalismo” industrial, florescente em São Paulo e no Rio. Após 1920, reconhece o autor, há uma inclinação da nossa orientação industrial para os processos jurídicos, financeiros e tecnológicos do “supercapitalismo”.

Vianna fez uma distinção de três tipos sociais gerados pela cultura mercantilista moderna: o do capitão da indústria, o do banqueiro e o do rentista. Esses três tipos sociais prezariam o dinheiro e dariam uma forte importância à riqueza monetária. Para o autor, esses tipos podem ser caracterizados como biotipológicos e que a moderna civilização industrial os aproveitou,

---

(27) Idem, p. 20.

(28) Idem, p. 21.

selecionando-os e distribuindo-os, dando-lhes uma posição na estrutura social de acordo com as suas afinidades psicológicas e as finalidades econômicas que ela precisa atingir. As diferenças destes tipos podem ser atribuídas à fatores biológicos associados àqueles de natureza cultural.

Na sua concepção, o “supercapitalismo” estaria condenado a um desenvolvimento limitado pelas especificidades nacionais. Tais considerações foram tecidas num período em que a industrialização já apresentava estruturas razoavelmente solidificadas.

Oliveira Vianna apresenta então os fatores que funcionariam como barreiras para o pleno desenvolvimento do capitalismo em solo brasileiro. Uma análise mais detida destas “barreiras” parece-nos, hoje, um conjunto de “desejos” do autor que vê marchar aceleradamente o capitalismo. Estas características, que serviriam talvez como “trincheiras” da resistência do velho Brasil rural, na concepção de Vianna, não chegaram a apresentar sérios impedimentos para o desenvolvimento do capitalismo no país, mas certamente foram transpostos por mecanismos que conformaram (ou deformaram) a sociedade brasileira.

Dessa forma, o autor se refere à **demografia** do país que se apresentaria como uma barreira, na medida em que as populações dispersas pelo interior agrícola não poderiam ser arregimentadas como mão-de-obra para a grande indústria capitalista. Também se refere à **geografia** por conta das enormes dificuldades de comunicação e transporte em um país de dimensões continentais que inviabilizariam a penetração dos produtos desenvolvidos nos centros “supercapitalistas”. Os **hábitos simples** da vida no campo, por sua vez, seriam um empecilho para o desenvolvimento do frenético consumismo que caracterizariam as sociedades “supercapitalistas”.

A inviabilidade aqui do “supercapitalismo” industrial foi atribuída por Vianna ao nosso grande território que eliminaria as vantagens que se podia esperar da racionalização e da produção em série e em massa, tornando impossível a essa produção, racionalizada pelo taylorismo e pelo fordismo, a constituição de um mercado interno, de amplitude nacional, capaz de absorvê-la.

No que diz respeito à relação com o Estado, onde predomina a mentalidade do “supercapitalismo”, a tendência dos grandes capitães da indústria à expansão e à dominação os leva a uma concorrência frenética e agressiva e à conquista do poder político, à dominação dos órgãos do governo e da administração, à subordinação da força do mecanismo do Estado aos seus interesses de classe. Cria-se, segundo Vianna, uma “clara subordinação do político ao econômico: - e este é justamente o traço mais marcante das modernas sociedades sujeitas ao império do “supercapitalismo” financeiro e industrial”<sup>29</sup>.

Diante de uma sociedade que começava a se transformar, com o início da industrialização do Brasil, com a urbanização e o desenvolvimento de uma sociedade mais cosmopolita, Oliveira Vianna demonstra sua contrariedade com esses rumos se refugiando num nostálgico passado agrarista<sup>30</sup>, de natureza feudal, pintando com cores idílicas uma Idade Média ou sociedade feudal

---

(29) Oliveira Vianna. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. p.47.

(30) Uma crítica a essa perspectiva de congelamento da sociedade colonial pode ser encontrada em Caio Prado Jr. “Uns, a maioria, pregavam uma espécie de cristalização das condições vigentes, uma perpetuação, em ambiente de estufa, do sistema colonial tal como tinha sido e ainda era praticado. Os males, que enxergavam muito bem, não os atribuíam ao sistema propriamente, mas ao modo pelo qual se praticava, e sobretudo aos desvios que nele se tinham introduzido. Em suma, o que propõem é o restabelecimento dele em sua pureza original”. Caio Prado Jr., op. cit. p. 360.

onde a convivência de senhores e servos era pacífica e harmônica, cada qual no seu grupo social ou “estamento” e se respeitando mutuamente<sup>31</sup>. É essa sociedade que ele procura reconstituir em “História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil”, escrita já no fim da vida e publicado como obra póstuma.

Cabe, por último, identificar no apego agrarista do autor as razões de sua perspectiva conservadora no que tange à propriedade da terra. Coerente com sua visão de mundo, Vianna não cogita da transformação do latifúndio. Prefere ir buscar explicações para a questão da propriedade da terra em elementos biológicos da raça e linhagem. O apego agrarista faz ressaltar o caráter conservador do pensamento de Oliveira Vianna, que se acentua na medida em que transcorre sua obra, tornando-se explícita em *História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil*. O agrarismo, o apego aos valores nobiliários, o saudosismo do Império, estão cada vez mais em contradição com a evolução do Brasil dos anos posteriores a 1920. O avanço da industrialização, da urbanização e do cosmopolitismo das elites, aumenta a distância entre a sociedade idealizada por Vianna e aquela para a qual o Brasil evoluía.

### **Considerações finais sobre temas contemporâneos**

Com estas notas, procuramos indicar aqueles elementos que julgamos centrais para o debate contemporâneo acerca da obra de Oliveira Vianna. Assim, destacando suas contribuições e contradições, procuramos mostrar a sua originalidade na formulação de questões que ainda hoje permanecem no centro do debate relativo à nossa sociedade. Nesse sentido, dedicamos esse espaço ao levantamento de um conjunto amplo de questões, a partir das contribuições do autor, com o propósito de desencadear uma discussão de problemas contemporâneos sobre a sociedade brasileira.

O primeiro conjunto de questões sobre problemas nacionais contemporâneos, avaliamos, diz respeito à *especificidade nacional*. Oliveira Vianna é uns dos primeiros pensadores brasileiros a adotar, de forma sistemática, como método de análise, o estudo da identidade nacional, sobre quem é o povo brasileiro e qual a sua peculiar forma organização social. Também participa do debate político de seu tempo, centrando a sua reflexão no campo da política, da conformação das instituições. Evidencia as especificidades nacionais para contrapor-se aos ‘legistas da República’, preocupados em transpor para o país modelos que se efetivaram em sociedades distintas da brasileira. Nesta perspectiva, busca compreender as instituições políticas e a formação do povo brasileiro a partir de suas especificidades regionais e, principalmente, tendo por base a estrutura da grande propriedade rural e o domínio senhorial. Na realidade, o conjunto de sua obra é um esforço de reflexão direcionado à compreensão das especificidades nacionais.

O segundo conjunto de questões se refere ao problema da *soberania do Estado* no Brasil. A preocupação central da obra de Vianna é discutir a questão da soberania do Estado, dado o caráter das instituições políticas construídas a partir da grande propriedade e do domínio dos clãs e o processo de formação do povo brasileiro. Para superar o isolacionismo, o privatismo, o nepotismo e o personalismo, teríamos a necessidade de um Estado forte e centralizado, conduzido por uma elite, para ele, com verdadeiro espírito público. Na realidade, a problemática da soberania do Estado é

---

(31) A esse respeito ver Eric Hobsbawm. *A Era dos Extremos – O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 117-118.

compreendida, nestes termos, como a problemática da efetiva constituição de um Estado Moderno no Brasil, em condições históricas e sociais específicas.

Um terceiro conjunto de questões diz respeito ao problema da *frágil participação do povo na vida política nacional e da questão democrática*. Vianna chama atenção para o fato deste povo não ter participado efetivamente dos espaços de poder político do país ou ter desenvolvido experiências de vivência comunitária, de democracia e de espírito público nacional. Viveu, nos quatro primeiros séculos da nossa formação, em uma relação de dependência do domínio senhorial, distante do exercício comunitário da cidadania política. Neste sentido, Oliveira Vianna insiste na fragilidade do sistema de representação brasileiro e das bases para a democracia no país, afirmando que as instituições políticas brasileiras caracterizam-se, de maneira peculiar, pelo seu caráter privado e segmentado, pouco aderentes ao efetivo jogo democrático. Assim destaca as características da formação dos partidos políticos a partir de clãs eleitorais, a fragilidade de uma imprensa livre, a não existência de uma “*opinião pública organizada*”. Na realidade, trata em sua obra do limitado desenvolvimento de verdadeiros espaços públicos de convívio democrático nas condições históricas específicas do Brasil.

Por fim, um conjunto de problemas relativo à *questão econômica nacional*. Oliveira Vianna, como católico conservador, tem verdadeiro horror ao que denomina “supercapitalismo”, por seu caráter desregrado e por representar uma subversão de todos os valores que ele preza (a tradição, a religião, cultura e raça). Imagina como alternativa de sociedade um mundo agrário, ao qual está preso afetivamente. Mas esse mundo imaginado pelo autor está ruindo diante de seus olhos: a monarquia perdeu qualquer sentido ou referência para a sociedade, o “supercapitalismo” triunfando, com o avanço do processo de industrialização e a afirmação dos valores mercantis capitalistas. Enfim, o seu ideal de sociedade esfacelou-se diante da nova realidade nacional, especialmente a partir de 1930. Apesar de não fazer uma análise econômica, Vianna chama atenção para um problema caro ao Brasil contemporâneo: dimensões de um radical desenvolvimento capitalista que reproduz formas arcaicas de organização econômica e social. Nos termos de dele, a coexistência no Brasil de organizações típicas do “*supercapitalismo*” com características marcantes “*pré-capitalistas*”, onde a prevalência do econômico sobre o político é cada vez mais visível. Na realidade, a sua maneira, trata das especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil e do domínio da economia sobre a política, do mercado sobre a sociedade, com evidentes efeitos limitadores à concretização da soberania do Estado e, de forma mais ampla, de um projeto nacional soberano.

### **Referências bibliográficas**

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996 (1ª edição, 1933).

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1985.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984 (1ª edição, 1958).

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1994 (1ª edição, 1936).

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadore e semeadores*. São Paulo: Editora 34, 2000.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (1ª edição, 1942).

SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Terra Sol, 1927.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras – Fundamentos sociais do Estado*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 1999 (1ª edição, 1949).

VIANNA, Oliveira. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1958.

VIANNA, Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. Eduff, 1987.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Eduff, 1987.

VIANNA, Oliveira. *Ensaio inéditos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.